

A suinocultura no vértice das relações entre agroindústria e agricultura familiar no oeste de Santa Catarina*

Tomé Coletti**

Hoyêdo Nunes Lins***

Mestre em Economia pela
Universidade Federal de Santa Catarina
Professor do Departamento de Economia e Relações
Internacionais e dos Programas de Pós-Graduação
em Economia e em Relações Internacionais da
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

No artigo, aborda-se a produção de suínos no oeste de Santa Catarina, uma atividade tradicional que figura no centro dos vínculos locais entre agricultura familiar e plantas processadoras de carnes. Baseado em entrevistas com vários tipos de interlocutores e em pesquisa bibliográfica, o texto descreve e analisa as mudanças nessas relações. Mostra-se que as transformações foram profundas e fizeram praticamente desaparecer o histórico “sistema de policultura subordinada à suinocultura”, reduzindo as possibilidades que a criação de suínos representou para numerosas pequenas propriedades rurais. As famílias deslocadas dessa atividade tiveram que buscar novas formas de reprodução, sob pena de terem que abandonar a região, o que, aliás, ocorreu para enormes contingentes. Esses processos são de uma gritante atualidade para a reflexão e para o debate sobre o desenvolvimento no oeste catarinense.

Palavras-chave

Suinocultura; agroindústria; agricultura familiar.

* Revisor de Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini.
Artigo recebido em set. 2010 e aceito para publicação em jun. 2011.

** E-mail: tomeoletti@yahoo.com.br

*** E-mail: hnlins@cse.ufsc.br

Abstract

This article focuses on pork production in the West of Santa Catarina, a traditional activity upon which important local interactions between family agriculture and meat processing companies are grounded historically. Based on interviews with different regional actors and on bibliographical research, the study looks at the transformation in these relationships. It is stressed that the changes have been profound, meaning almost the vanishing of the traditional "system of polyculture subordinated to pork production", and also the reduction of the possibilities this activity meant to small farms. Families displaced from this practice had to search for new forms of reproduction, should they avoid the need to leave the region, what did happen to many people anyway. These processes show themselves as crucial for any debates concerning alternatives of development in the West of Santa Catarina at the present time.

Key words

Pork production; meat processing industry; family farming.

Classificação JEL: O13, L66, O18.

1 Introdução

Este artigo faz uma análise do oeste de Santa Catarina, uma designação informal para o que, no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), se identifica como Mesorregião Oeste Catarinense, com cinco microrregiões e 117 municípios. Esse território tem na agroindústria o setor de maior proeminência econômica e se apresenta como o de maior destaque agroindustrial no Estado: segundo Guilhoto *et al.* (2007), o chamado agronegócio respondeu por 54,5% do Produto Interno Bruto estadual em 2004, e o oeste tem participado com cerca de metade do valor bruto da produção agropecuária catarinense (Mior, 2005).

Em termos históricos, essa grande importância agroindustrial refere-se especialmente à suinocultura. Nas últimas décadas, a participação catarinense no rebanho brasileiro é elevada e crescente, não surpreendendo que o Estado seja liderança nacional no abate desses animais, como assinalado por Weydmann *et al.* (2008). Ora, essa posição catarinense deve-se largamente ao envolvimento do oeste nessa atividade.

Nessa região, o sistema de criação e processamento de carne suína apresenta um forte envolvimento da agricultura familiar (Talamini; Kinpara, 1994), para a qual tais vínculos produziram estímulos derivados de uma procura por suínos que gerava renda na propriedade rural. Os reflexos eram relativamente mais fortes nas áreas distantes dos centros urbanos. Enquanto as atividades de processamento dinamizavam a economia pela geração de empregos e pela demanda de serviços e matérias-primas em meio urbano (Chapecó, Concórdia, Joaçaba), e também no seu *hinterland* imediato, na agricultura familiar as repercussões espelhavam a irradiação dos impulsos nas localidades mais distantes.

Mas as relações entre agroindústria e agricultura familiar em torno da suinocultura sofreram profundas mudanças nas últimas décadas. Um sintoma é o abandono dessa atividade por milhares de agricultores, muitos dos quais engrossaram o fluxo migratório em direção a outras regiões (Testa et al., 1996; Mior, 2005; Campos, 1987; Ferrari, 2003).

São essas mudanças que constituem o objeto do presente estudo, que pretende descrevê-las, discernindo os seus vetores principais, e discutir os reflexos na agricultura familiar. A base é um conjunto de dados e informações originados de pesquisa bibliográfica e documental e, principalmente, de entrevistas, efetuadas entre o final de 2008 e o primeiro trimestre de 2009, em 20 municípios. Foram ouvidos agricultores — 13 no total, sendo 11 familiares, nos termos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e dois de perfil empresarial —, representantes de organizações produtivas, como agroindústrias, cooperativas e associações (seis), membros de entidades de representação, como sindicatos e associações (seis), e representantes de órgãos públicos, como prefeituras, câmaras de vereadores e associações de municípios (cinco).

Começa-se pela contextualização da problemática, situando o tema específico no debate sobre as possibilidades dos territórios rurais em face dos desafios impostos pela globalização. Depois, adentra-se na questão das mudanças na estrutura agroindustrial do oeste de Santa Catarina, destacando o papel da suinocultura. Por último, antes das considerações finais, fala-se da busca de novas possibilidades no seio da agricultura familiar da região.

2 Globalização e possibilidades dos territórios rurais: contornos do debate

Contextualizar analiticamente o assunto do estudo requer falar na globalização, especialmente em relação ao comportamento dos sistemas agroalimentares nas últimas décadas, com seus reflexos na base agrícola.

2.1 Sistemas agroalimentares na globalização

A ampla literatura sobre a globalização converge no entendimento de que as últimas décadas representam, além de oportunidades, também inquietantes desafios para setores de atividades, países, regiões e grupos de agentes sociais. Essa percepção espelha o reconhecimento de que a concorrência se intensificou brutalmente, por conta de uma maior interpenetração das dinâmicas econômicas em escala planetária e das iniciativas nacionais de desregulamentação que intensificaram os fluxos internacionais, financeiros e de mercadorias. Isso inclui reorganização espacial de processos produtivos, aprofundamento do caráter oligopolista das estruturas de oferta privada em nível mundial, fortes pressões sobre os trabalhadores (não só devido ao progresso tecnológico) e maiores dificuldades para o exercício regulador do Estado.

Observados em diferentes países, esses processos não passaram ao largo do Brasil. Tal fato ganhou especial evidência desde os anos 90 do século passado, devido às mudanças macroeconômicas e de marco regulatório expressas particularmente em abertura comercial e privatizações.

Para o que aqui interessa, cabe assinalar que, como as cadeias produtivas se organizam cada vez mais em escala mundial, os aludidos processos repercutem em maior concentração de poder entre grandes conglomerados econômicos. Essa tendência marca também o setor agroalimentar, foco de atenção deste estudo.

De fato, duas grandes orientações entrelaçam-se na atuação das cadeias agroalimentares: concentração e internacionalização da oferta, de um lado, e predomínio da grande distribuição, amparada em novas técnicas de gestão e na incorporação dos avanços em logística e informática, de outro (Wilkinson, 2002). Esse movimento ocorre paralelamente a uma multiplicação de fusões e aquisições, que modificam as estruturas produtivas e fazem crescer a parcela do mercado ocupada pelas grandes empresas. Isso tem resultado em diminuição do nível de emprego, alteração na composição do capital (entrada dessas empresas no mercado financeiro e grandes investimentos de agentes financeiros no setor agroalimentar), trocas de orientação produtiva (na busca da maior fatia possível de mercado) e incorporação aos produtos de traços que tornem mais elástica a sua demanda (Rodríguez Zuñiga; Soria, 1991).

Diferentes fatores concorrem para as transformações nos sistemas agroalimentares, entre eles os institucionais, como são exemplos as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). É ilustrativo o ajuste que os países em desenvolvimento promoveram em seus sistemas de propriedade intelectual, envolvendo patentes sobre sementes e biotecnologia. No setor de sementes, o resultado foi uma rápida desnacionalização, como salienta

Wilkinson (2006). Quanto à biotecnologia, os avanços têm a forma de menores custos, maior produção e oferta de produtos desejados pelos consumidores, mas não faltam inquietações sobre as consequências para a saúde e para o meio ambiente. Também preocupa os agricultores o controle do setor de sementes sobre a produção agrícola (Wilkinson, 1999).

O assinalado predomínio da grande distribuição é o que mais afeta os sistemas agroalimentares. Um dos motivos é que estes se veem compelidos a adotar estratégias largamente influenciadas pela demanda. Com efeito, as mudanças nos hábitos alimentares — implicando segmentação do mercado, devido a fatores ligados à idade dos consumidores, ao tamanho da família e à intensidade do consumo fora de casa, e refletindo a incorporação de aspectos associados à saúde e ao meio ambiente (Wilkinson, 2002) —, têm cada vez mais peso na definição dessas estratégias, atingindo o poder de mercado dos vários segmentos da cadeia agroindustrial.

Assim, as grandes redes ganham terreno na substituição dos esquemas tradicionais, e não só no que concerne à distribuição. Também os fornecedores são afetados, e com importantes consequências, já que o setor agroalimentar passou a operar, de um modo geral, com menos fornecedores especializados. Em muitos casos, isso significa exclusão de pequenos produtores individuais.

Portanto, vale considerar que, com a globalização, as tendências dos sistemas agroalimentares não diferem, no essencial, daquelas observadas em outros setores. Mesmo assim, no seu estudo é necessário atentar para uma característica própria: a industrialização de alimentos preserva o caráter inicial dos produtos processados, ou seja, a matéria-prima da indústria de alimentos é, ela própria, um alimento (Wilkinson, 1999).

É sobretudo esse aspecto que legitima fazer indagações, e perscrutar formas de entendimento, sobre o quanto a globalização e seu elenco de impactos acarretam de consequências para a agricultura. Tendo em vista que o presente estudo focaliza o oeste catarinense, a agricultura objeto de interrogação não deve ser outra senão a de base familiar.

2.2 A agricultura familiar perante os novos desafios

No Brasil, a categoria “agricultura familiar” ganhou vulto no debate sobre a questão rural desde os anos 90, marcando as abordagens sobre o desenvolvimento à época. Mostraram-se influentes estudos como os de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993), que assinalaram ser essa agricultura uma forma social reconhecida em muitas economias desenvolvidas (Ferrari, 2003). Pouco antes, artigo de Kageyama e Bergamasco (1990) informara sobre o universo de estabelecimentos

familiares. Depois, a tipologia das formas de produção no meio rural brasileiro trazida pelo relatório FAO/INCRA (1994) realçou a importância dessa agricultura.

Todavia, diferentemente do que se observou em outros países, no Brasil não se optou pela agricultura familiar (Veiga, 2003). Por essa razão, a produção de base familiar, dizendo respeito a alimentos para o mercado interno, desenvolveu-se às margens da agricultura de grande escala e exportadora (Medeiros, 1997).

Considerar a situação da agricultura familiar perante os desafios representados pelas mudanças nos sistemas agrolimentares implica reconhecer que sua reprodução se assenta em combinações de três tipos de fatores:

- a) diferentes produções (vegetais e animais) articuladas, adequadas a tipos de solo, topografia e microclima e a determinadas formas de cultivo e manejo, representando um sistema de produção;
- b) certa quantidade de mão de obra envolvendo os membros das famílias, com capacidades e disponibilidades para as tarefas que mantêm o sistema de produção; a força de trabalho não abrange só os indivíduos ativos no mercado de trabalho, mas também aposentados e estudantes, por exemplo, e até pessoas que fazem na propriedade uma segunda jornada de trabalho; e
- c) um patrimônio composto de terra, construções, plantações e maquinários e de bens imateriais como conhecimentos específicos, tradições e habilidades; trata-se de estrutura que se reproduz e que, por vezes, impõe barreiras às mudanças e ao desenvolvimento de novas atividades econômicas, mas também gera oportunidades e estímulos à transformação e às novas iniciativas.

As estratégias de valorização das combinações desses fatores é que subjazem ao processo de reprodução. As possibilidades tendem a ser tanto maiores quanto maior for a capacidade de adaptação da organização produtiva a diferentes realidades. Essa capacidade se traduz em aptidão para incorporar novos elementos capazes de melhorar as condições existentes.

Esse é, de fato, o principal fator da reprodução social dessas unidades familiares em contextos que exigem mudanças. Sua importância abrange a articulação entre culturas e animais e a evolução técnica das produções comerciais, com reflexos na formação e utilização do patrimônio, na alocação da mão de obra e no relacionamento com o mercado.

Interessa, sobretudo, enfatizar que, enredada pelos sistemas agroalimentares comandados por grandes capitais, a agricultura familiar inexoravelmente reverbera os imperativos de uma concorrência crescentemente intensificada no setor agroalimentar e as decorrentes mudanças produtivas e organizacionais. Adaptação e busca de alternativas,

com base nos seus atributos característicos, configuram a regra do jogo para essas famílias, no intuito de evitar o agravamento de situações capazes de impor a evasão das áreas rurais.

Esse é o contexto analítico das transformações registradas nas últimas décadas pela estrutura agroindustrial do oeste catarinense, envolvendo a produção de suínos.

3 Mudanças na estrutura agroindustrial do oeste catarinense: o papel da suinocultura

O complexo agroindustrial de carnes do oeste catarinense foi erigido com empresas familiares, que, principalmente via aquisições, se expandiram e formaram grandes grupos agroindustriais. Esse processo foi marcante na década de 80, quando algumas empresas voltaram-se para fora da região e incorporaram atividades como industrialização de grãos, produção de ração e abate de bovinos. Cabe salientar a busca do mercado internacional, principalmente pelas empresas Sadia e Perdigão, e as importantes iniciativas de diferenciação da oferta.

Nos anos 90, o quadro regional foi de reestruturação na agroindústria. As empresas líderes, Sadia e Perdigão, efetuaram reorganizações societárias e procuraram se instalar junto aos grandes mercados consumidores do País, assim como fortaleceram a inserção internacional. Outro movimento, prolongando dinâmica já observada, foi a diversificação dos produtos, para atender às crescentes exigências dos consumidores, uma estratégia traduzida na ampliação das áreas de atuação das empresas para outros segmentos da produção de alimentos.

Nos anos 2000, as dimensões empresariais tornaram-se ainda maiores, e cresceu o envolvimento com outras atividades, distintas do processamento de carne suína e de aves. Destaque-se, nesse sentido, a entrada do grupo Perdigão na produção de lácteos, a partir de várias aquisições (merecendo realce o caso da Batávia), uma iniciativa também presente numa empresa como a Aurora.

Portanto, a agroindústria regional trilhou o caminho da concentração, com alguns grupos atingindo grande participação no mercado de alimentos dentro e fora do País, um tipo de movimento observado em diferentes setores e em sistemas agrolimentares no mundo todo. Com empresas comandadas por capitais externos, conforme os exemplos de Bunge e Cargill, e com o surgimento da Brasil Foods, pela fusão entre Sadia e Perdigão, o cenário exhibe, de fato, uma concentração elevada: quatro grandes empresas dominam o setor, a saber, Bunge, Cargill (que passou a controlar a Seara Alimentos em 2005; em 2009, essa empresa foi comprada

pelo grupo Marfrig), Brasil Foods e Aurora. Contudo, ao lado e à margem dessa estrutura concentrada, atuam também frigoríficos de porte médio voltados à industrialização de suínos e aves, o que permite referir, como indica Mior (2005), a configuração de um *cluster* de carnes — mais amplamente, de alimentos — com presença de empresas de menor porte.

A Tabela 1, que mostra a participação catarinense e do oeste do Estado no rebanho brasileiro de suínos, é sugestiva da importância da suinocultura na região. O peso relativo do oeste superou, a partir de 2006, o patamar de 15% do total de suínos criados no País.

Tabela 1

Participação catarinense e do oeste do Estado
no rebanho suíno do Brasil —1990-2007

ANOS	NÚMERO DE CABEÇAS (milhões)			PERCENTUAL DO REBANHO NACIONAL	
	Brasil	Santa Catarina	Oeste Catarinense	Santa Catarina	Oeste Catarinense
1990	33,62	3,33	2,22	9,9	6,6
1991	34,29	3,27	2,18	9,5	6,4
1992	34,53	3,42	2,31	9,9	6,7
1993	34,18	3,73	2,58	10,9	7,5
1994	35,14	4,09	2,77	11,6	7,9
1995	36,06	4,4	3,06	12,2	8,5
1996	29,20	4,53	3,41	15,5	11,7
1997	29,64	4,56	3,40	15,4	11,5
1998	30,01	4,7	3,52	15,7	11,7
1999	30,84	4,81	3,62	15,6	11,7
2000	31,56	5,09	3,79	16,1	12,0
2001	32,60	5,52	4,18	16,9	12,8
2002	31,92	5,35	4,11	16,8	12,9
2003	32,30	5,43	4,15	16,8	12,9
2004	33,08	5,77	4,46	17,5	13,5
2005	34,06	6,31	4,87	18,5	14,3
2006	35,17	7,16	5,49	20,3	15,6
2007	35,94	7,16	5,50	19,9	15,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, Pesquisa Pecuária, SIDRA, Tabela 73.

Aqui mencionado nos seus traços mais gerais, esse processo se entrelaça com mudanças, protagonizadas nas maiores empresas, que afetaram a agricultura familiar. Isso não surpreende, pois o desempenho exportador do setor suinícola brasileiro, nos anos 90 e 2000, estribou-se “na trajetória de incremento tecnológico, no aumento de escala, na especialização e coordenação entre os elos da cadeia produtiva” (Miele; Waquil, 2007, p. 75). A trajetória do principal sistema produtivo da

agricultura familiar no oeste catarinense, o sistema de policultura subordinada à suinocultura¹, revelou-se, assim, irremediavelmente afetada.

O mencionado sistema ganhou impulso no oeste catarinense por conta de resultados comerciais, que, escorados no forte crescimento da demanda por alimentos, em termos gerais, asseguravam o escoamento do excedente da produção das propriedades. O suíno tornou-se, nesse processo, o principal produto comercializado pelas unidades familiares da região e, como decorrência, passou a ser a base da reprodução destas.

Um sistema em que toda a produção familiar se organizava em torno da criação suinícola ganhou, portanto, vigor e preponderância, generalizando-se na maioria das propriedades. Haja vista as inter-relações no plano regional, mesmo as propriedades que não tinham na suinocultura a sua fonte direta de renda passaram a depender dessa atividade para a sua reprodução. Não por outro motivo, as crises cíclicas da suinocultura frequentemente ganharam contornos de crises da economia regional (Campos, 1987).

Até a década de 80, a produção de suínos era organizada na forma conhecida como ciclo completo, em que o processo é integralmente controlado pelo agricultor, proprietário dos meios de produção. A relação que este mantinha com as empresas agroindustriais era de natureza comercial, abrangendo a aquisição de medicamentos e insumos e a venda dos suínos prontos para o abate. Produzir milho e outros insumos na propriedade era a principal estratégia para diminuir custos e aumentar a margem de ganho do produtor.

As agroindústrias haviam começado a integrar esse sistema a partir do final da década de 60, mas foi nos anos 80 que esse movimento se intensificou. No início, o processo baseava-se em contratos que estipulavam, para as empresas, o fornecimento de insumos, medicamentos e assistência técnica e também a compra da produção. Para os agricultores, as obrigações envolviam a adesão às orientações técnicas e o pagamento dos insumos e medicamentos quando da entrega dos suínos às empresas.

O processo de concentração da produção, em curso, principalmente, desde os anos 80, logo resultou em apurada seleção dos suinocultores. Também surgiram pressões para o aumento da produção nas propriedades. A imposição inicial era que o agricultor tivesse no mínimo três matrizes ao se integrar, mas esse patamar mínimo foi sendo gradativamente aumentado. De todo modo, o conhecimento, a capacidade produtiva e a organização da produção “pertenciam” aos agricultores, que exerciam diretamente o controle e o comando. Note-se que o desempenho das propriedades traduziu primeiro a expansão da quantidade produzida, tendo só posteriormente refletido o incremento na produtividade outorgado pela incorporação de novas técnicas, raças de suínos e estruturas.

¹ “Sistema de policultura subordinada à suinocultura” é expressão cunhada por Testa *et al.* (1996).

As alterações, efetuadas gradualmente, mudaram as necessidades em termos de instalações e equipamentos, de relações com o mercado e com as empresas agroindustriais e também de quantidade produzida para fins comerciais. Podem-se discernir, nesse percurso, os seguintes estágios na organização produtiva das propriedades:

- 1º) comercialização do excedente de uma produção rústica e de tipo tradicional;
- 2º) alterações significativas, envolvendo, por exemplo, a troca da criação de animais soltos pelo uso de instalações fechadas (“chiqueiros”), fruto da introdução de raças importadas (Duroc e, depois, Landrace e Large White) e não aptas ao sistema tradicional, sintoma da substituição da banha como principal produto pelo aumento da produção de carne;
- 3º) integração com as empresas, fonte de incremento na produção das propriedades implicadas; e
- 4º) mudança para o sistema de parceria na criação de leitões.

A seguinte entrevista com um suinocultor é ilustrativa dessa trajetória, permitindo observar o aumento nas exigências das empresas quanto ao número de matrizes.

Me lembro sempre, o falecido pai engordava porco, tinha uma mangueira [...]. Ele engordava e vendia, e levava para casa o dinheiro porque nem banco, acho, tinha na época [década de 50]. Nessa época o porco era vendido com um ano, um ano e pouco, pouco mais de ano [...] ali em Xaxim [década de 70]. Já era produção em chiqueiro, mas não era ainda integração, lá não tinha integração [...]. O falecido Angelim [comerciante representante da Sadia], veio ele e um outro, lá da Sadia, passaram ali para fazer os papéis [1984, ano da integração]. Nós tínhamos umas 10 porcas [...]. Entramos no sistema atual em 2000 [parceria na criação de leitões]. Antes de entrar para a criação de leitão, eu tinha 80 porcas no regime de ciclo completo.

Os principais aspectos do processo de integração dos suinocultores com as empresas agroindustriais encontram-se sistematizados no Quadro 1. Observa-se que a integração dos que produziam em ciclo completo ocorreu principalmente na década de 80, e que, nos anos 90, verificou-se uma transição entre sistemas, *pari passu* à reestruturação econômica testemunhada na região, um movimento a ser colocado em perspectiva com as mudanças macroeconômicas do Brasil (abertura comercial, com aumento da concorrência) e com as alterações dos sistemas agroalimentares em geral, no bojo da globalização.

De fato, o sistema de produção em ciclo completo teve a sua presença fortemente reduzida a partir dos anos 90, dando lugar ao sistema de parceria, em implantação já desde os 80. Inicialmente, as agroindústrias desenvolveram a produção própria de leitões, transferindo os animais para

agricultores integrados, responsáveis pela terminação, isto é, pela engorda. No início da década de 90, as agroindústrias passaram a integrar produtores que se restringiam a produzir leitões e a comercializá-los com as empresas, que os repassavam para os terminadores.

Quadro 1

Evolução dos sistemas de produção de suínos no oeste de Santa Catarina — 1980-2010

SISTEMA DE PRODUÇÃO DE SUÍNOS	GRAU DE INCIDÊNCIA DE CADA SISTEMA		
	Anos 80	Anos 90	Anos 2000
Ciclo completo integrado	Intensifica-se e torna-se o principal sistema.	Começa a ser substituído pelo sistema de parceria.	Poucos produtores permanecem nesse sistema.
Ciclo completo independente	Predominante até essa década.	Concentra-se em grandes produtores, na produção associativa de pequenas agroindústrias e na produção de subsistência.	Implica poucos grandes produtores, produção associada de pequenas agroindústrias e produção de subsistência.
Produtor de leitões (parceria)	Começa nessa década, com o sistema de compra e venda.	Desenvolve-se; inicia-se parceria em que o agricultor recebe matrizes e reprodutores em comodato e oferece mão de obra, instalações e equipamentos; os demais insumos são fornecidos pelas agroindústrias.	O sistema de compra e venda sofre abandono, ganhando predominância o sistema de parceria.
Creche (parceria)	Sem registro.	Iniciam-se as primeiras experiências.	Em rápida expansão.
Terminador (parceria)	Inicia-se, com o sistema de compra e venda.	Sistema é mudado, para contrato de parceria: agricultor entra com mão de obra, instalações e equipamentos, sendo remunerado conforme a produtividade.	Torna-se o sistema predominante.
Parceria independente	Sem registro.	Passa a ser adotado por alguns grandes produtores.	Torna-se o principal sistema dos grandes suinocultores independentes.

A primeira década dos anos 2000 foi marcada pela consolidação do sistema de parceria nessas relações. Nesse processo, uma nova modalidade de vínculo entre criadores e terminadores ganhou visibilidade: a referente à creche, onde se dá o crescimento de leitões já desmamados que antes ficavam nas instalações dos produtores. A parceria tornou-se o sistema predominante, com os produtores recebendo das empresas, em

comodato, os animais, os insumos, os medicamentos e a assistência técnica. Sobre os primeiros, recaíram os encargos relativos ao manejo, às instalações e aos equipamentos, e o pagamento recebido passou a guardar relação com a produtividade em nível de propriedade, mesmo que os critérios de cálculo não fossem do seu conhecimento, segundo as opiniões colhidas: houve concordância entre os entrevistados de que as agroindústrias “fazem o que bem querem”.

Podem-se sintetizar as correspondentes estratégias das empresas agroindustriais, assinalando que:

- a) na produção de leitões, foram escolhidos nas localidades distantes das plantas industriais os agricultores tidos como “melhores” e mais estruturados, iniciando parceria de compra e venda no âmbito da qual a produção segue as determinações empresariais, com posterior venda dos animais às agroindústrias; depois, introduziu-se o contrato de comodato, com o agricultor disponibilizando instalações e mão de obra e sendo pago conforme a sua produtividade;
- b) as creches, usadas para o crescimento dos leitões e representando uma prática ainda em implantação, modificaram consideravelmente o sistema vigente; implicaram contratos pelos quais as empresas fornecem os leitões e insumos, recaindo sobre os agricultores o ônus referente aos investimentos fixos, à mão de obra e aos custos de manutenção; e
- c) na terminação, os agricultores eram geralmente ex-suinocultores de ciclo completo, que interromperam essa atividade e passaram a terminar suínos em parceria, com modificação total das estruturas físicas e do sistema de produção; a incidência geográfica mostra-se desigual, podendo-se observar uma maior presença relativa nas áreas mais distantes dos frigoríficos.

4 Reflexos na agricultura familiar

Como observado, a suinocultura incorporou sucessivamente pelo menos duas grandes formas de representação e significado no oeste catarinense. Historicamente, aparece como atividade principal expressa no sistema de policultura subordinada à suinocultura, no qual o suíno é o mais importante produto comercializado pelas propriedades rurais e o pivô da organização produtiva e doméstica nessa escala. Mais recentemente, representa prática que perdeu participação no sistema de produção das propriedades e que exhibe, nas suas relações com as demais atividades, dois traços principais: ocupa a mão de obra, remunerada de forma precária, e disponibiliza o esterco, utilizado como adubo nas demais culturas e fonte de redução do custo de produção, além de proporcionar alguma renda.

De fato, o declínio da policultura subordinada à suinocultura fez a criação de suínos deixar de ser a atividade em torno da qual se organizava o sistema de produção familiar. Desaparecendo o encadeamento, que, em nível de propriedade, marcava o sistema de ciclo completo, a suinocultura passou a registrar tão somente a condição de uma prática econômica a mais, com a alimentação e os outros insumos originando-se nas próprias empresas agroindustriais. O envolvimento no sistema da propriedade caracteriza-se agora pela utilização da mão de obra e pelo fornecimento de adubo aos cultivos existentes. O segundo aspecto, implicando o uso do estrume como adubo, ganhou importância e se tornou um atrativo maior das novas características da suinocultura. As palavras de um agricultor (integrado da Sadia) sobre o motivo da adesão ao sistema de parceria são sugestivas: “o meu pensamento maior foi o de reformar a terra, renovar a terra, porque não tinha mais, não produzia mais...”.

“Renovar” e “reformatar a terra” têm o sentido de recuperar o solo com matéria orgânica. O mesmo agricultor exemplificou, mencionando o resultado positivo no cultivo do milho como base para a produção de leite: “no segundo ano de esterco ali, o mesmo pedacinho que a gente cortava e não tinha pasto para as vacas, deu oito carretões de silagem”. No depoimento, oito carretões de silagem representavam produção significativa para uma pequena área recuperada pelo esterco de suínos.

Portanto, as estratégias adotadas pelas empresas processadoras de carne suína transformaram o sistema de produção familiar, que deixou de ter na suinocultura um impulso para outras práticas nas propriedades, geradoras de insumos à primeira. A rigor, num certo sentido, a relação se inverteu, pois a suinocultura incorporou o papel de fornecedora de adubo às demais produções.

As alterações nas estratégias empresariais a partir dos anos 80, traduzindo-se em maior integração, paralelamente ao aumento e à concentração da produção, com exclusão de numerosos agricultores da suinocultura, geraram uma profunda crise no sistema que prevalecia nas unidades familiares. Como a maioria das propriedades tinha na policultura subordinada à suinocultura o seu regime central de produção, com repercussões em diferentes atividades, a referida exclusão abalou todo o sistema, com reflexos encadeados na economia regional. Os agricultores remanescentes também foram atingidos, pois seus sistemas foram tão modificados que já não é possível falar em policultura subordinada à suinocultura nas propriedades familiares do oeste catarinense.

Os vínculos entre agroindústria e agricultura familiar foram, portanto, transformados na região. Os suinocultores integrados pelas agroindústrias, os quais concentram a produção, obtiveram algumas vantagens, sintetizadas na garantia de um mínimo de renda mesmo durante as crises do setor. Para os demais, a tendência foi o abandono da atividade, um

processo que a literatura sobre a região assimila a uma dinâmica de exclusão de grandes massas de produtores. A Tabela 2 informa sobre essa tendência com dados para as Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR)² do oeste catarinense relativamente ao período 2000-07. Representando grupos de municípios, quase todas essas SDR amargaram resultados negativos quanto aos saldos migratórios e às taxas líquidas de migração. A única exceção foi a SDR de Chapecó, onde se localiza a cidade mais populosa da região — Chapecó —, foco de atração de contingentes oriundos das áreas rurais mais ou menos próximas, mesmo que o grosso dos fluxos busque o litoral do Estado e até localizações externas a Santa Catarina.

Tabela 2

Dinâmica demográfica nas áreas das Secretarias de Desenvolvimento Regional do oeste de Santa Catarina — 2000-2007

SECRETARIAS	POPULAÇÃO		SALDO MI-GRATÓRIO (1)	TAXA LÍQUIDA DE MIGRAÇÃO (%) (2)
	2000	2007		
Caçador	96 205	100 914	-5 401	-5,35
Chapecó	189 782	207 486	3 758	1,81
Concórdia	89 939	92 559	-3 023	-3,27
Dionísio Cerqueira	50 576	50 335	-3 999	-7,94
Itapiranga	35 029	36 436	-775	-2,13
Joaçaba	116 411	113 489	-10 908	-9,61
Maravilha	69 484	73 228	-715	-0,98
Palmitos	63 479	65 372	-1 105	-1,69
Quilombo	22 744	21 875	-2 337	-10,68
São Lourenço d'Oeste .	45 084	45 052	-4 199	-9,32
São Miguel d'Oeste	65 170	65 083	-3 515	-5,4
Seara	47 953	47 410	-3 242	-6,84
Videira	95 973	100 936	-3 658	-3,62
Xanxerê	133 483	137 583	-6 938	-5,04
TOTAL	1 121 312	1 157 758	-46 057	-3,98

FONTE: Miotto (2008), com base em dados dos Censos Demográficos e em Estatísticas do Registro Civil – IBGE.

(1) O Saldo Migratório (SM) resulta da seguinte operação: $SM = SP - M$, onde SP é o Saldo Populacional no período (população em 2007 menos população em 2000) e M significa Mortalidade (Nascidos vivos menos Óbitos Ocorridos e Registrados). (2) A Taxa Líquida de Migração (TLM) é obtida como segue: $TLM = SM/PFP$, onde SM é o Saldo Migratório do período, e PFP significa População do Fim do Período (2007).

² As Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) foram instituídas no começo da administração estadual, que, no final de 2010, concluiu a sua segunda gestão consecutiva. Representando a divisão do espaço catarinense por agrupamentos de municípios que correspondem à jurisdição de cada uma das atuais 36 SDR, sua criação objetivou descentralizar a gestão, segundo o discurso oficial. A lógica era aproximar a administração dos territórios e, com a atuação de 36 Conselhos de Desenvolvimento Regional (CDR), protagonizar o planejamento do desenvolvimento e a promoção deste (Descentralização..., 2010).

5 Busca de novos caminhos pela agricultura familiar

Perante as estratégias das empresas agroindustriais, muitas unidades familiares precisaram introduzir novos produtos para gerar renda e preencher o espaço criado pelas modificações na suinocultura. Tais procedimentos enfeixaram-se na reestruturação dos sistemas produtivos da agricultura familiar regional. Como assinalado anteriormente, introduzir novos sistemas produtivos é providência sintonizada com os desafios impostos pelas mudanças à agricultura familiar, de uma forma geral. Esse tipo de iniciativa condiz com um traço proeminente da organização produtiva nessas propriedades: a capacidade de adaptação, traduzida em incorporação de novos elementos aptos a fortalecer as condições produtivas.

Não se pode dizer que a produção avícola, de forte presença no oeste (Tabela 3), seja consequência de uma adaptação nesses termos. Surgida, localmente, nos anos 70, em ligação com o sistema de policultura subordinada à suinocultura, essa atividade mostrou-se integrada à agroindústria desde a sua origem. As empresas sempre forneceram os pintos, a ração, os medicamentos e a assistência técnica aos produtores, cabendo a estes participar com instalações, equipamentos e manejo, com pagamento balizado pela produtividade. Foi sempre muito baixo, de fato, o nível de integração da avicultura às demais atividades da propriedade familiar. Em suma: não é na avicultura que se deve perscrutar a questão das alternativas e das medidas de adaptação da agricultura familiar.

O produto que se tornou a ponta de lança na busca de alternativas perante as mudanças sofridas pela suinocultura foi o leite. Produzido na região para subsistência desde o início da colonização, sua produção tornou-se a pedra angular da reestruturação em muitos sistemas produtivos familiares a partir da década de 80. Um agricultor entrevistado assim resumiu essa dinâmica: “Antes nós criava porco. Daí o porco não deu mais, começou a quebrar todo mundo, daí nós desistimos. Daí foi que começamos com o leite...”. O rápido crescimento da produção nas últimas décadas não deixa de ser eloquente (Tabela 4). Dentre os traços da produção leiteira que lhe dão realce como alternativa, sobressaem a grande absorção de mão de obra, a forte capacidade de agregação de valor na propriedade, a fácil descentralização de unidades industriais, o largo alcance social, o uso de terras não nobres e a periodicidade mensal das receitas (Testa et al., 1996; Abramovay et al., 2003).

A absorção de mão de obra ao longo do ano e o ingresso mensal de receitas, aliviando a gestão financeira das propriedades, ajudam a resolver um dos gargalos da produção familiar, em geral dependente de safras. A

forma como a mão de obra é utilizada, só no início da manhã e no final da tarde, possibilita ocupar as mesmas pessoas em diferentes funções na propriedade, tanto que, em muitos casos, essa atividade se combina com outras não agrícolas. Outro aspecto é a ocupação de aposentados, estudantes e mulheres, por exemplo, que, em outros sistemas, dificilmente lograriam o mesmo envolvimento. Também importante é o uso de terras não nobres em pastagens e o plantio de milho para silagem. A complementaridade assim atingida, fruto da substituição de atividades não rentáveis ou menos rentáveis em áreas não nobres e da ocupação de áreas nobres com pastagens temporárias durante a ociosidade destas, agrega valor ao sistema dessas propriedades.

Mas a policultura associada à produção de leite não esgota o que se observa na região como busca de alternativas. Embora sem o mesmo destaque, houve reconfiguração de sistemas com presença histórica e também formação de outros sistemas. Exemplificações do primeiro tipo referem-se aos grãos e ao fumo.

Tabela 3

Participação catarinense e do oeste do Estado
no rebanho avícola do Brasil — 1992-2007

ANOS	GALOS, FRANGAS, FRANGOS E PINTOS (milhões de cabeças)			PERCENTUAL DO REBANHO NACIONAL	
	Brasil	Santa Catarina	Oeste Catarinense	Santa Catarina	Oeste Catarinense
1992	435,46	65,74	52,78	15,1	12,1
1995	541,16	73,72	55,57	13,6	10,3
1998	589,37	91,65	69,00	15,5	11,7
2001	692,65	111,06	82,75	16,0	11,9
2004	759,51	132,07	97,46	17,4	12,8
2007	930,04	157,39	118,08	16,9	12,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, Pesquisa Pecuária, SIDRA, Tabela 73.

A produção de grãos, atividade histórica nessas propriedades, tem sido a principal fonte de renda em numerosos casos. Cabe realce especial ao milho, cujas práticas de cultivo, vinculadas à suinocultura, evoluíram conforme as necessidades de ampliação da quantidade produzida. Inicialmente, empregavam-se terras recém desmatadas e sementes reproduzidas pelos próprios agricultores, sem adubos e outros cuidados, e a produção era consorciada com a de feijão. O aumento da demanda gerou ampliação da área produzida e das instalações para armazenamento e repercutiu em posterior aumento da produtividade pela incorporação de

novas variedades de sementes e pelo uso de adubos químicos. Mais tarde, introduziu-se maquinário, bem como secantes e controle de sementes, diminuindo a necessidade de mão de obra. Nessa fase, a produção para venda concentrou-se nas propriedades maiores e com solos aptos à mecanização, desvinculando-se da produção de suínos.

Mas o milho continua a ser cultivado nas demais propriedades, mesmo que somente como insumo interno, ganhando espaço o plantio destinado à silagem, base da produção de leite. Nas 13 entrevistas realizadas em propriedades rurais, milho e leite foram os produtos com maior presença: em mais de três quartos das propriedades visitadas indicou-se o primeiro entre seus cultivos comerciais e, em 61%, assinalou-se o segundo. Produzir suínos foi a atividade comercial indicada em menos da metade das propriedades, e a avicultura implicava apenas um terço do conjunto pesquisado (Tabela 5).

Tabela 4

Participação catarinense e do oeste do Estado
na produção leiteira do Brasil — 1990-2007

ANOS	PRODUÇÃO DE LEITE (1 000 litros)			PERCENTUAL DA PRODUÇÃO NACIONAL	
	Brasil	Santa Catarina	Oeste Catarinense	Santa Catarina	Oeste Catarinense
1990	14 484 414,0	650 409,0	274 798,0	4,5	1,9
1991	15 079 187,0	661 036,0	283 461,0	4,4	1,9
1992	15 784 011,0	707 888,0	339 286,0	4,5	2,1
1993	15 590 882,0	735 867,0	355 663,0	4,7	2,3
1994	15 783 557,0	780 122,0	381 108,0	4,9	2,4
1995	16 474 365,0	815 379,0	411 738,0	4,9	2,5
1996	18 515 391,0	866 065,0	482 252,0	4,7	2,6
1997	18 666 011,0	852 170,0	472 996,0	4,6	2,5
1998	18 693 915,0	870 810,0	484 595,0	4,7	2,6
1999	19 070 048,0	906 540,0	516 907,0	4,7	2,7
2000	19 767 206,0	1 003 098,0	602 808,0	5,1	3,0
2001	20 509 953,0	1 076 084,0	665 910,0	5,2	3,2
2002	21 642 780,0	1 192 690,0	790 821,0	5,5	3,6
2003	22 253 863,0	1 332 277,0	909 602,0	6,0	4,1
2004	23 474 694,0	1 486 662,0	1 047 004,0	6,3	4,5
2005	24 620 859,0	1 555 622,0	1 107 954,0	6,3	4,5
2006	25 398 219,0	1 709 812,0	1 241 172,0	6,7	4,9
2007	26 133 913,0	1 865 568,0	1 348 291,0	7,1	5,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE, Pesquisa Pecuária, SIDRA, Tabela 74.

O cultivo do fumo, observado desde a colonização regional e eclipsado pelo crescimento da suinocultura, ampliou a sua presença em diferentes

propriedades (embora só duas dentre as pesquisadas indicassem essa atividade), principalmente nas mais castigadas pelas mudanças recentes na base produtiva do oeste. Devido à grande utilização de mão de obra em pequenas áreas de terra, esse cultivo é fonte de renda para milhares de famílias excluídas da produção suinícola. Nas palavras de um agricultor entrevistado, “o fumo é o que dá mais renda em pouca terra”. Sua importância como alternativa, para além do acelerado retorno financeiro (obtido em período inferior a um ano após o início das atividades), deve-se também ao fato de que a própria agroindústria atua como fonte de financiamento.

Tabela 5

Produtos comerciais, em painel de propriedades familiares, do oeste catarinense — final de 2008 e começo de 2009

PRODUTOS	NÚMERO DE PROPRIEDADES	PRODUTOS	NÚMERO DE PROPRIEDADES
Milho	10	Gado de corte	3
Leite	8	Fumo	2
Suínos	6	Soja	1
Aves	4	Cana-de-açúcar	1
Feijão	3	Hortifrutigranjeiros	1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Pesquisa de campo.

NOTA: O universo pesquisado refere-se a 13 propriedades.

Dentre as novas produções e atividades incentivadas como alternativas para as propriedades rurais, figuram a produção orgânica e agroecológica, a agroindustrialização, o associativismo, a horticultura e a fruticultura. Iniciativas de movimentos sociais, do setor público e de empresas privadas encontram-se na sua origem.

Os movimentos sociais tentaram vislumbrar e introduzir formas de organização econômica e social que representassem opções frente ao modo predominante, visto como excludente. Assim, priorizaram a produção orgânica e ecológica e estimularam o surgimento de diferentes grupos de produção, associações e cooperativas, visando sustentar e impulsionar a agroindustrialização e a comercialização. Diversos agricultores foram, de fato, encorajados a experimentar a produção agroecológica e orgânica, adaptando suas propriedades. Todavia vários obstáculos surgiram: demora na reconversão do sistema, elevando o custo do processo; falta de conhecimento e de assessoria para equacionar problemas; dificuldades de acesso ao mercado, ainda pequeno para esses produtos; grande concorrência dos produtos convencionais; e incidência majoritária desse tipo de produção apenas em horticultura e fruticultura.

Também a organização em grupos de produção, associações e cooperativas ganhou algum espaço no confronto com o modelo de integração da agricultura familiar à agroindústria. Em 11 das 13 propriedades rurais visitadas na pesquisa de campo, constatou-se participação em pelo menos uma cooperativa. Embora predominasse o tipo tradicional, foram igualmente apontadas formas alternativas de cooperativismo, tendo-se como metas tanto a agregação de valor à produção, por meio da agroindustrialização, como a comercialização via canais alternativos aos existentes, vinculados às grandes redes de distribuição. Essas experiências abrangem o turismo rural, cujas atividades na região parecem estimular a comercialização de produtos agroecológicos e agroindustrializados.

O setor público, estadual ou municipal, marcou presença na busca de alternativas. Dentre estas, figuram várias formas organizativas, condomínios, agroindústrias e feiras, e também projetos de desenvolvimento nas escalas local e microrregional. Economicamente, tais ações pouco se diferenciaram daquelas protagonizadas pelos movimentos sociais, a grande particularidade residindo no seu caráter mais político e igualmente na visão técnica, e ainda nas redes sociais e de mercado às quais se relacionam.

As iniciativas empresariais, por seu turno, associam-se geralmente a projetos industriais em fruticultura ou à implantação de novos cultivos. Projeto de vulto nessa linha envolveu a empresa Aurora, com o cultivo de laranja e a instalação de uma unidade de produção de suco na cidade de Pinhalzinho. Mas essas iniciativas, em sua maioria, não tiveram sucesso: poucas sobrevivem e sua abrangência ainda é bastante restrita. Um exemplo desse curto fôlego refere-se à própria Aurora, que acabou substituindo a produção de suco pela industrialização de leite na mencionada planta de Pinhalzinho.

Outra prática que ganhou importância econômica em várias propriedades familiares da região é a bovinocultura de corte. Quase inexistente na agricultura familiar regional, historicamente falando, essa atividade foi impulsionada, em primeiro lugar, pelos problemas enfrentados pelas unidades mais distantes dos centros urbanos. O processo de anexação de propriedades, originando superfícies maiores, tornou o gado de corte uma das alternativas mais rentáveis, devido às condições de área e à disponibilidade de mão de obra.

6 Considerações finais

Como tantas outras regiões em diferentes países, o oeste de Santa Catarina teve a sua dinâmica econômica crescentemente vinculada a

processos mais amplos, operando nas escalas nacional e, sobretudo, mundial. Não permitem dúvidas sobre isso as transformações que, no bojo da globalização, foram impostas regionalmente às relações entre a agroindústria de carnes e a agricultura familiar implicada na suinocultura. Tal quadro remete, portanto, ao debate sobre as possibilidades dos territórios rurais perante a globalização, mormente quanto às margens de manobra em escala territorial para influenciar trajetórias socioeconômicas por meio de políticas de desenvolvimento.

No oeste catarinense, as iniciativas em busca de novas possibilidades refletem inquietações em torno dessa problemática. Como assinalado, os órgãos públicos, assim como os movimentos sociais, têm atuado no sentido de descortinar alternativas para o desenvolvimento local e regional. Entre as ações estão aquelas protagonizadas no âmbito do Fórum Regional de Desenvolvimento Integrado (FDRI), da Associação dos Municípios do Oeste Catarinense (AMOSC) e do Projeto Desenvolver, coordenado localmente pela Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco). Entretanto, em que pesem alguns interessantes e aparentemente promissores resultados (Mior, 2005), não se pode dizer que as medidas lograram realmente descortinar novos e efetivos caminhos para a agricultura familiar como um todo e, de uma forma mais abrangente, para o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Não cabe ingenuidade nessa matéria, todavia. Claro que políticas públicas nesse nível, objetivando arregimentar forças e instalar vetores de mudança na trajetória territorial, são de enorme importância. Mas o peso da macroeconomia é sempre decisivo, como exemplificado pelo papel condicionante que a política de câmbio exerce sobre as relações comerciais de quaisquer regiões com o exterior. E, sobretudo, os processos globais determinam cada vez mais poderosamente o que ocorre no plano territorial, estreitando os graus de liberdade para as medidas executadas localmente. A título de ilustração, os sérios problemas da multinacional Parmalat entre 2003 e 2004 repercutiram dramaticamente em várias bacias leiteiras no Brasil, inclusive no oeste de Santa Catarina (Lins, 2004), justamente onde o leite parece representar — como frisado no estudo — o sistema produtivo mais importante dentre as alternativas de reprodução encontradas pela agricultura familiar da região.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec: Edunicamp, 1992.

ABRAMOVAY, R. et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo**, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

CAMPOS, I. **Os colonos do Rio Uruguai: relações entre a pequena produção e agroindústria no Oeste catarinense**. Campina Grande, 1987. Dissertação (Mestrado em Economia)-Universidade Federal da Paraíba, 1987.

DESCENTRALIZAÇÃO: a nova ótica da gestão pública. Florianópolis: Secretaria de Estado do Planejamento, 2010.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Relatório final do Projeto UTF/BRA/036, 1994.

FERRARI, D. L. **Agricultura familiar, trabalho e desenvolvimento no Oeste de Santa Catarina**. Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado em Economia)-Universidade Estadual de Campinas.

GUILHOTO, J. J. M. et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35, Recife, 2007. **Anais**. Recife: ANPEC, 2007.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. A estrutura da produção no campo em 1980. **Perspectivas**, v. 12/13, p. 55-72, 1990.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 1993.

LINS, H. N. O global e o local: uma nota inspirada no *imbroglio* Parmalat. **Atualidade Econômica**, v. 16, n. 46, p. 19-24, jan./jun. 2004.

MEDEIROS, L. S. de. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 65-72, abr./jun. 1997.

MIELE, M.; WAQUIL, P. D. Cadeia produtiva da carne suína no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, v. 16, n. 1, p. 75-87, jan./mar. 2007.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

MIOTO, B. T. **Movimentos migratórios em Santa Catarina no limiar do século XX**. Florianópolis, 2008. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Econômicas)-Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

RODRÍGUEZ ZUÑIGA, M.; SORIA, R. La articulación de las diferentes etapas del sistema agroalimentario europeo: evolución y perspectivas. **Revista de Estudios Agro-Sociales**, n. 157, p. 11-32, jul./sept. 1991.

TALAMINI, D. D. J.; KINPARA, D. I. Os complexos agroindustriais de carne e o desenvolvimento do oeste de Santa Catarina. **Revista de Política Agrícola**, v. 3, n. 2, p. 11-15, abr./jun. 1994.

TESTA, V. M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (proposta para discussão)**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Edusp: HUCITEC, 1991.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

WEYDMANN, C. L. et al. Cadeia produtiva suinícola. In: CARIO, S. A. F. et al. **Economia de Santa Catarina: inserção industrial e dinâmica competitiva**. Florianópolis: Nova Letra, 2008. p. 509-536.

WILKINSON, J. **A agricultura familiar face ao novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina**. São Paulo: SESC, 2006. Disponível em:

<<http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/>>. Acesso em: dez. 2008.

WILKINSON, J. Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 18, p. 147-174, abr. 2002.

WILKINSON, J. Perfis emergentes no setor agroalimentar. In: MALUF, R. S.; WILKINSON, J. (Org.) **Reestruturação do sistema agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa**. Rio de Janeiro: REDCAPA, 1999. p. 27-43.